

**HABEAS CORPUS Nº 536.357 - MG (2019/0292258-6)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : TULIO MARCOS DE ARAUJO MOREIRA**  
**ADVOGADO : TÚLIO MARCOS DE ARAÚJO MOREIRA - MG113873**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : SAMUEL GABRIEL SENA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de SAMUEL GABRIEL SENA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi preso em flagrante em 20/9/2019, convertida em preventiva, pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/06.

O impetrante argumenta, em suma, ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a liminar, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Nesse sentido, requer a concessão do *habeas corpus* para revogar a custódia.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fl. 42):

[...].Vistos.

Trata-se de medida liminar em sede de *habeas corpus* impetrado em favor de Samuel Gabriel Sena, em que se alega constrangimento ilegal por parte da MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Itabira, que, em audiência de custódia, ratificou a conversão da prisão em flagrante do paciente em preventiva, em virtude da suposta prática do delito tipificado no art. 33, caput, da Lei 11.343/06.

Após análise da decisão combatida (doe. 5, pág. 4/6), dos argumentos expostos na inicial e dos demais documentos juntados aos autos, não vejo presentes, por ora, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por essa razão, indefiro a pretensão liminar. [...]

Por sua vez, constou na decisão de prisão (fls. 33/34):

[...]. Analisando os autos, entendo que há a prova da materialidade do crime e existem os indícios de autoria, conforme os depoimentos acostados no APFD.

Segundo os relatos do condutor do flagrante, **a polícia militar teria recebido informações que o autuado comercializava drogas em sua residência e que as escondia nos fundos da casa, próxima a um tanque de lavar roupa. Informa que foram até o local e encontraram as substâncias no exato local indicado pelo denunciante. Aduz que o tablete era de tamanho considerável e poderia render de 20 a 30 buchas de maconha. Outrossim, é preciso observar que a manutenção da prisão do agente flagrado é necessária não somente para aplicação da lei penal e para garantia da instrução processual, mas também para evitar a prática de novas infrações penais, uma vez que, segundo relatos, o acusado se dedicava ao tráfico de drogas.**

Em virtude das próprias peculiaridades que envolvem o delito de tráfico de entorpecentes, entendo que as medidas cautelares diversas da prisão apontadas no art. 319 do CPP se apresentam inadequadas e insuficientes, pois levo em conta o malefício social causado pela expansão da droga com a desagregação familiar e social.

Sendo assim, entendo que o comparecimento periódico é ineficaz para evitar que o agente continue a exercer o comércio ilícito de drogas; a proibição de frequentar determinados lugares e de ausentar-se da comarca, desprovida de fiscalização também é ineficaz; o recolhimento domiciliar é medida inócua levando-se em conta a natureza do crime que se busca coibir, ainda mais quando desprovida de quaisquer condições de ser efetivamente fiscalizada pelo Estado; a fiança é incrível nos crimes de tráfico de drogas por imposição legal e quanto ao monitoramento eletrônico é inexecutável em razão da atual falta de estrutura do Estado que não dispõe de equipamentos necessários e de pessoal capacidade para a fiscalização.

Por fim, destaco que eventuais circunstâncias abonadores de natureza pessoal, mesmo que demonstradas nos autos, não são suficientes para justificar o deferimento da Liberdade Provisória com ou sem fiança.

Desta forma, entendo que a prisão do(s) autuado(s) se faz necessária para garantia da ordem pública. Não obstante posições contrárias, a gravidade do delito pode sim justificar a prisão cautelar.

Portanto, considerando que se torna necessária a manutenção da prisão do autuado Samuel Gabriel Sena a fim de assegurara a garantia da ordem pública, estando presentes todos os requisitos ensejadores da prisão cautelar, converto a prisão em flagrante me PRISÃO PREVENTIVA. [...]

Como se vê, expôs o decreto prisional fundamentação com esteio nas circunstâncias fáticas, nas quais se extrai a apreensão de 68,85 gramas de maconha (fl. 25). No entanto, o montante apreendido não se mostra expressivo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas somente com especial justificação permitirá a prisão por risco social.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço desde já a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, defiro a liminar para a soltura do paciente, SAMUEL GABRIEL SENA, até o julgamento de mérito do *writ* de origem, que não resta prejudicado por esta decisão, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão por decisão fundamentada.

Solicitem-se informações, em especial, sobre a situação prisional do paciente e o andamento da respectiva ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator